

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Economia

Tipo notícia: Artigo

Página: A5

Data de publicação: 14/10/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: CIEAM | Polo Industrial de Manaus

| Suframa

Valoração: R\$ 29.337,00

FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

As pautas da hora e a responsabilidade de acompanhar

"Entre a implementação da reforma tributária e as decisões sobre infraestrutura, o Amazonas precisa aproximar entidades, empresas, imprensa e instituições de pesquisa em torno dos compromissos que sustentam sua economia e podem ampliar/ resguardar seus benefícios sociais". Por Alfredo Lopes BrasilAmazoniaAgora Follow up 14.10.2026O período eleitoral concentra a atenção nas candidaturas, nas alianças e nas declarações que ocupam o noticiário. Para quem acompanha a economia do Amazonas, entretanto, há decisões de duração muito maior sendo discutidas nesse mesmo ambiente. Elas alcançam as condições de funcionamento da Zona Franca de Manaus, os investimentos em infraestrutura e a capacidade de transformar produção, conhecimento e biodiversidade em oportunidades para a população. Essas pautas precisam ganhar espaço nas associações de classe, nas empresas, nas redações e nas instituições comprometidas com o desenvolvimento sustentável. A dispersão do debate dificulta perceber como uma alteração tributária, uma obra interrompida ou um investimento adiado podem repercutir sobre atividades aparentemente distantes entre si. O empresário industrial acompanha seus custos e encomendas. O comerciante observa as vendas. O prestador de serviços procura antecipar a demanda. Nas famílias, a preocupação aparece na estabilidade do emprego e na possibilidade de planejar despesas. Há uma ligação entre essas experiências, formada pela circulação da renda, pelas compras entre empresas e pela confiança necessária para investir. O Polo Industrial de Manaus participa dessa rede também fora do Amazonas. Suas relações com fornecedores, transportadores, distribuidores e serviços especializados alcançam São Paulo e outros estados. Conhecer melhor esses vínculos, com dados verificáveis e estudos atualizados, ajudaria o país a compreender o alcance econômico de decisões tomadas sobre a Zona Franca. A defesa do programa ganha consistência quando consegue explicar essa interdependência, apresentar resultados e reconhecer os problemas que ainda precisam ser enfrentados. A implementação da reforma tributária ocupa o centro dessa agenda. A Emenda Constitucional 132 estabeleceu a manutenção, em caráter geral, do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus. A aplicação dessa garantia envolve mecanismos tributários e procedimentos cuja eficácia precisa ser acompanhada pelas empresas e por suas representações. (planalto.gov.br) Créditos, enquadramento de produtos, obrigações acessórias e regras de transição podem parecer assuntos restritos aos departamentos especializados. Seus efeitos, porém, chegam ao capital de giro, ao preço de venda e à decisão de ampliar uma fábrica. Uma dificuldade operacional persistente pode comprometer parte do resultado esperado de uma proteção legal. Cabe às entidades reunir essas experiências, tê-las como leitura diária, identificar problemas comuns e encaminhá-los com documentação e propostas. A participação dos associados faz diferença justamente nesse ponto.

Quem conhece a operação cotidiana tem condições de mostrar onde uma regra funciona, onde produz dúvida e onde impõe um custo que poderia ser evitado. O mesmo acompanhamento precisa alcançar a infraestrutura. BR-319, portos, hidrovias, energia e conectividade integram as condições de funcionamento da economia e de atendimento à população. Na Amazônia, seu planejamento exige atenção às distâncias, ao regime dos rios, às chuvas e às exigências ambientais. A perda de um período adequado de execução pode prolongar o isolamento de comunidades e elevar o custo de uma obra. Por isso, compromissos de continuidade devem vir acompanhados de informações sobre contratos, recursos, licenciamento, etapas e responsáveis. O debate público se torna mais útil quando permite distinguir um anúncio de uma contratação, uma previsão orçamentária de um desembolso e uma intervenção necessária de uma solução ainda carente de diagnóstico. À imprensa cabe investigar essas diferenças e acompanhar seus desdobramentos. Há espaço para uma cobertura econômica que mostre como as decisões chegam à vida das pessoas, ouça trabalhadores e pequenos negócios e retorne aos compromissos depois que a repercussão inicial tenha passado. Essa disposição para acompanhar também deve orientar a relação com as candidaturas à Presidência da República. Uma agenda comum, apresentada em igualdade de condições, permitiria solicitar manifestações sobre a proteção da Zona Franca, a execução da reforma tributária, a continuidade dos investimentos e o financiamento do desenvolvimento regional. As respostas merecem registro público, comparação e posterior cobrança. As preferências políticas dos participantes podem conviver com compromissos institucionais compartilhados, desde que haja clareza sobre o que está sendo defendido e sobre os critérios de acompanhamento. Há, ainda, uma responsabilidade interna nessa discussão. A defesa da economia sustentável precisa demonstrar como a atividade produtiva pode ampliar a qualificação profissional, aproximar empresas e universidades, incorporar fornecedores regionais e criar oportunidades no interior. Os recursos de pesquisa, desenvolvimento e inovação merecem ser avaliados também pelos problemas amazônicos que ajudam a resolver. Saúde, educação, energia para comunidades isoladas, aproveitamento responsável da biodiversidade e formação tecnológica oferecem campos concretos para essa aproximação. A diversificação econômica depende de continuidade, capacidade técnica e instituições capazes de trabalhar juntas durante mais tempo do que dura um calendário eleitoral. As entidades podem contribuir organizando uma agenda de acompanhamento acessível aos associados e à sociedade, com prioridades, interlocutores e atualização dos encaminhamentos. Empresas, pesquisadores e jornalistas teriam, assim, uma base comum para identificar avanços, registrar obstáculos e formular novas perguntas. Nas próximas semanas, o Amazonas terá razões para discutir o que pretende preservar e o que precisa melhorar. O trabalho continuará depois das urnas, quando os compromissos assumidos começarem a encontrar as decisões administrativas, tributárias e orçamentárias que lhes darão consequência. É hora de comunhão, afinação dos instrumentos e divulgação das partituras essenciais da orquestra ZFM BRASIL AMAZÔNIA. (*) Follow é publicada sob a responsabilidade do CIEAM às quartas, quintas e sextas-feiras, no Jornal Do Commemo do Amazonas, com a coordenação editorial de Alfredo Lopes, portal <https://brasilamazo-niaagora.com.br>*esta Coluna é publicada as quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



"Entre a implementação da reforma tributária e as decisões sobre infraestrutura, o Amazonas precisa aproximar entidades, empresas, imprensa e instituições de pesquisa em torno dos compromissos que sustentam sua economia e podem ampliar/resguardar seus benefícios sociais".
Por Alfredo Lopes
BrasilAmazoniaAgora Follow up
14.10.2026

O período eleitoral concentra a atenção nas candidaturas, nas alianças e nas declarações que ocupam o noticiário. Para quem acompanha a economia do Amazonas, entretanto, há decisões de duração muito maior sendo discutidas nesse mesmo ambiente. Elas alcançam as condições de funcionamento da Zona Franca de Manaus, os investimentos em infraestrutura e a capacidade de transformar produção, conhecimento e biodiversidade em oportunidades para a população.

Essas pautas precisam ganhar espaço nas associações de classe, nas empresas, nas redações e nas instituições comprometidas com o desenvolvimento sustentável. A dispersão do debate dificulta perceber como uma alteração tributária, uma obra interrompida ou um investimento adiado podem repercutir sobre atividades aparentemente distantes entre si.

O empresário industrial acompanha seus custos e encomendas. O comerciante observa as vendas. O prestador de serviços procura antecipar a demanda. Nas famílias, a preocupação aparece na estabilidade do emprego e na possibilidade de planejar despesas. Há uma ligação entre essas experiências,

formada pela circulação da renda, pelas compras entre empresas e pela confiança necessária para investir.

O Polo Industrial de Manaus participa dessa rede também fora do Amazonas. Suas relações com fornecedores e transportadores, distribuidores e serviços especializados alcançam São Paulo e outros estados. Conhecer melhor esses vínculos, com dados verificáveis e estudos atualizados, ajudaria o país a compreender o alcance econômico de decisões tomadas sobre a Zona Franca.

A defesa do programa ganha consistência quando consegue explicar essa interdependência, apresentar resultados e reconhecer os problemas que ainda precisam ser enfrentados.

A implementação da reforma tributária ocupa o centro dessa agenda. A Emenda Constitucional 132 estabeleceu a manutenção, em caráter geral, do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus. A aplicação dessa garantia envolve mecanismos tributários e procedimentos cuja eficácia precisa ser acompanhada pelas empresas e por suas representações. (planalto.gov.br)

Créditos, enquadramento de produtos, obrigações acessórias e regras de transição podem parecer assuntos restritos aos departamentos especializados. Seus efeitos, porém, chegam ao capital de giro, ao preço de venda e à decisão de ampliar uma fábrica. Uma dificuldade operacional persistente pode comprometer parte do resultado esperado de uma proteção legal.

Cabe às entidades reunir essas experiências, tê-las como leitura di-

ária, identificar problemas comuns e encaminhá-los com documentação e propostas. A participação dos associados faz diferença justamente nesse ponto. Quem conhece a operação cotidiana tem condições de mostrar onde uma regra funciona, onde produz dúvida e onde impõe um custo que poderia ser evitado.

O mesmo acompanhamento precisa alcançar a infraestrutura. BR-319, portos, hidrovias, energia e conectividade integram as condições de funcionamento da economia e de atendimento à população. Na Amazônia, seu planejamento exige atenção às distâncias, ao regime dos rios, às chuvas e às exigências ambientais. A perda de um período adequado de execução pode prolongar o isolamento de comunidades e elevar o custo de uma obra.

Por isso, compromissos de continuidade devem vir acompanhados de informações sobre contratos, recursos, licenciamento, etapas e responsáveis. O debate público se torna mais útil quando permite distinguir um anúncio de uma contratação, uma previsão orçamentária de um desembolso e uma intervenção necessária de uma solução ainda carente de diagnóstico.

A imprensa cabe investigar essas diferenças e acompanhar seus desdobramentos. Há espaço para uma cobertura econômica que mostre como as decisões chegam à vida das pessoas, ouça trabalhadores e pequenos negócios e retorne aos compromissos depois que a repercussão inicial tenha passado.

Essa disposição para acompanhar também deve orientar a relação com as candidaturas à Presidência da República. Uma agenda



comum, apresentada em igualdade de condições, permitiria solicitar manifestações sobre a proteção da Zona Franca, a execução da reforma tributária, a continuidade dos investimentos e o financiamento do desenvolvimento regional.

As respostas merecem registro público, comparação e posterior cobrança. As preferências políticas dos participantes podem conviver com compromissos institucionais compartilhados, desde que haja clareza sobre o que está sendo defendido e sobre os critérios de acompanhamento.

Há, ainda, uma responsabilidade interna nessa discussão. A defesa da economia sustentável precisa demonstrar como a atividade produtiva pode ampliar a qualificação profissional, aproximar empresas e universidades, incorporar fornecedores regionais

e criar oportunidades no interior. Os recursos de pesquisa, desenvolvimento e inovação merecem ser avaliados também pelos problemas amazônicos que ajudam a resolver.

Saúde, educação, energia para comunidades isoladas, aproveitamento responsável da biodiversidade e formação tecnológica oferecem campos concretos para essa aproximação. A diversificação econômica depende de continuidade, capacidade técnica e instituições capazes de trabalhar juntas durante mais tempo do que dura um calendário eleitoral.

As entidades podem contribuir organizando uma agenda de acompanhamento acessível aos associados e à sociedade, com prioridades, interlocutores e atualização dos encaminhamentos. Empresas, pesquisadores e jornalistas teriam,

assim, uma base comum para identificar avanços, registrar obstáculos e formular novas perguntas.

Nas próximas semanas, o Amazonas terá razões para discutir o que pretende preservar e o que precisa melhorar. O trabalho continuará depois das urnas, quando os compromissos assumidos começarem a encontrar as decisões administrativas, tributárias e orçamentárias que lhes darão consequência. É hora de comunhão, afinação dos instrumentos e divulgação das partituras essenciais da orquestra ZFM BRASIL AMAZÔNIA.

(*) Follow é publicada sob a responsabilidade do CIEAM às quartas, quintas e sextas-feiras, no *Jornal do Commercio do Amazonas*, com a coordenação editorial de Alfredo Lopes, portal <https://brasilamazoniaagora.com.br>

*Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impressos/2026/10/14/Ny0xNC0xMC0yMDI2XzA4OjUx.png>